

Procedimento Eletrônico Extrajudicial

Ministério Público do Estado do Tocantins

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PROCEDIMENTO **PREPARATÓRIO N. 2766/2024**

Procedimento: 2024.0000091

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio do Promotor de Justiça que esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e infraconstitucionais, nos termos do art. 129, III, da CF/88, art. 8º da Lei 7.347/85, art. 26, I, da Lei 8.625/93, e art. 60, VII, da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02/01/2008 e, ainda:

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o Inquérito Civil e Procedimento Preparatório, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, da defesa da ordem urbanística e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso II, da Constituição Federal, e art. 1º, inc. III, da Lei. 7.347/85, da LACP);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 129, *caput*, CF/88);

CONSIDERANDO que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, “*caput*”, da CF/88);

CONSIDERANDO agentes públicos e particulares estão sujeitos, em tese, à responsabilização político-administrativa (Art. 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.429/92) e criminal (Art. 1º, inciso I, do Decreto-Lei nº 201/67 e art. 312, *caput*, do Código Penal);

CONSIDERANDO que a administração pública no uso de bens ou valores públicos se sujeita ao princípio da publicidade e, por isso, devem se pautar pela transparência e prestação de contas pelos responsáveis, sob pena de incorrer em ilicitude de ordem criminal, político-administrativa e cível;

CONSIDERANDO que por força do princípio republicano, os bens e valores públicos devem ser administrados em conformidade com os princípios da eficiência e transparência, sendo vedado qualquer tipo de favorecimento deliberado em proveito de particulares, ato contrário aos mandamentos de probidade na Administração Pública;

CONSIDERANDO a tramitação da Notícia de Fato nº 2024.0000091 autuada a partir de denúncia anônima registrada na Ouvidoria do MP/TO noticiando que os veículos pertencentes à Câmara e

Prefeitura Municipal de Tocantinópolis estão circulando sem adesivos de identificação;

CONSIDERANDO que em diligências realizadas pelo Ministério Público foi constatado que a Câmara Municipal de Tocantinópolis/TO possui dois veículos, uma FIAT TORO e um RENAULT Kwid, sendo que ambos estão sem adesivação de identificação;

CONSIDERANDO que no que se refere à Prefeitura Municipal de Tocantinópolis, já tramita o Inquérito Civil nº 2020.0007843, tendo como objeto investigar irregularidades na utilização e identificação dos veículos do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que se mostra necessária a adoção de providências de ordem extrajudicial e, se necessário for, judicial, por parte do Ministério Público, posto que detém legitimidade para perseguir, em juízo ou fora dele, a proteção do patrimônio público e a defesa dos interesses difusos e coletivos (artigo 129, inciso III, da Constituição Federal);

RESOLVE:

INSTAURAR o presente Procedimento Preparatório para investigar eventuais irregularidades na utilização de veículos oficiais pela Câmara Municipal de Tocantinópolis sem a devida identificação de que se tratam de bem público (ou seja, sem a devida adesivação).

De imediato, determino a realização das seguintes diligências:

1) pelo próprio sistema E-EXT efetue-se a comunicação ao Conselho Superior do Ministério Público e ao setor de publicação dos atos oficiais, informando a instauração do presente;

2) encaminhe-se Recomendação ao Presidente da Câmara Municipal de Tocantinópolis para que adote providências no sentido da obrigatoriedade dos veículos que compõe a frota do órgão, apresentar adesivos ou outros sinais de identificação (plotagem) que sejam capazes e suficientes para identificá-los como veículo oficial e de uso exclusivo em serviço.

Tocantinópolis, 22 de maio de 2024

Documento assinado por meio eletrônico

SAULO VINHAL DA COSTA

01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TOCANTINÓPOLIS

	<p>Assinado por: SAULO VINHAL DA COSTA como (saulovinhall)</p> <p>Na data: 22/05/2024 17:43:35</p> <p>SHA-224: b16ee050f71ae61ea71282efb2f18731b4ba2cd4bd378a91b8ccf690</p> <p>URL: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/b16ee050f71ae61ea71282efb2f18731b4ba2cd4bd378a91b8ccf690</p>
--	---

Este documento foi assinado eletronicamente mediante usuário autenticado no Sistema Athenas conforme o Ato 030/2016 da PGJ.